

## **QUANDO NÃO HAVIA KETUBÁ**

### **RABINO JOEL ROTH**

Este artigo foi aceito pelo CJLS em 12 de junho de 2002 por uma votação de quinze votos a favor (15-0-0). Membros votantes a favor: Rabinos Kassel Abelson, Elliot N. Dorff, Robert Fine, Susan Grossman, Vernon H. Kurtz, Aaron L. Mackler, Daniel Nevins, Paul Plotkin, Joseph Prouser, Mayer Rabinowitz, Avram Israel Reisner, Joel E. Rembaum, Joel Roth, Paul Schneider e Elie Kaplan Spitz

#### **Pergunta:**

O que deve ser feito quando um casal se casou sem uma *Ketubá*?

#### **Resposta:**

Anos atrás, um estudante casado veio me ver. Ele me informou que havia se casado em uma cerimônia religiosa judaica, mas sem uma *Ketubá*. Eu concordei em redigir um documento para ele, o qual ele poderia então dar a sua esposa como sua *Ketubá*. Na época, eu considerava essa cerimônia de casamento uma ocorrência incomum, e não fiz nada com o documento, mas a dei a este estudante, guardando uma cópia para mim em meus arquivos. Ao longo dos anos, tornou-se claro que a necessidade de tal documento é maior do que eu pensava a princípio. Desde então, dei a muitos rabinos que discutiram o assunto comigo. O Presidente do Comitê Jurídico agora me pediu para apresentar o documento para a deliberação do Comitê e concordei em fazê-lo.

A *Guemará* registra<sup>1</sup> em nome de *Rabi Meir*: “É proibido ao homem permanecer com sua esposa mesmo por uma hora sem uma *Ketubá*. Embora a *Guemará* indique<sup>2</sup> que os Sábios permitem, mesmo por um período de vários anos, *Maimônides*<sup>3</sup> e o *Shulchan Aruch*<sup>4</sup> registram a posição precedente de acordo com o *Rabi Meir*, com base em uma declaração clara a esse respeito na própria *Guemará*. A *Guemará*<sup>5</sup> também registra o caso da irmã de *Rami bar Hama* que se casou com o rabino *Ivya* e perdeu sua *Ketubá*. *Rav Yosef* instruiu-o a escrever uma nova para ela. Isso é o que agora é conhecido como “*Ketubá Deirkessá*” ou “a *Ketubá* que foi perdida”. O documento aqui proposto é baseado em “*Ketubá Deirkessá*”.

Existem várias versões de “*Ketubá Deirkessá*”, mas a mais conhecida e praticamente a única usada em nossos dias é a versão do *Nahalat Shivah*<sup>6</sup>, que serve como base para o documento aqui sugerido. É basicamente autoexplicativo, mas alguns pontos devem ser esclarecidos.

1. O documento destina-se apenas aos casais que se casaram sem uma *Ketubá*, mas tiveram *Chupá VeKidushin*. O documento não serve como prova de *kidushin* válido de forma alguma, baseando-se exclusivamente na declaração do casal de que eram casados religiosamente, mas sem um contrato de casamento.<sup>7</sup> Este documento deve ser usado sempre que chegar ao conhecimento do rabino que o casal foi casado sem uma *Ketubá* escrita para eles, ou quando a *Ketubá* escrita não atende a nenhum padrão *haláchico* para se qualificar como uma *Ketubá* legal. Esse documento não se destina a substituir uma *Ketubá* legal que foi perdida, ou para substituir uma *Ketubá* legal que contém erros.

2. O documento em anexo fornece opções para:

a) uma mulher que anteriormente era solteira, usando ou a denominação *betultá* (“virgem”) ou *pinitá* (“transformada”);

b) uma mulher que era viúva ou divorciada;

c) uma mulher que é convertida.

Todos se referem à sua situação no momento do casamento.<sup>8</sup> O CJLS aprovou duas outras possibilidades para a *Ketubá* de uma mulher que anteriormente era solteira na época de seu casamento: sem usar qualquer denominação ou referindo-se a ela como *hitetá* (“esposa”). Eu não vejo nenhuma maneira de utilizá-los neste documento e defendo que tanto *betultá* quanto *pinitá* sejam usados neste documento exclusivamente.

3. A cláusula de Lieberman está incluída, exigindo que *kinyan* seja feito entre as testemunhas<sup>9</sup> bem como tanto o marido quanto a esposa. E, como é nossa prática atual, a Carta de Intenções estimulada pelo Beit Din Conjunto para acompanhar a assinatura da *Ketubá* deve ser usado, assim como é quando uma *Ketubá* contendo a cláusula Lieberman é escrita e assinada no dia do casamento. Contudo, o documento aprovado para uso como *taani bekidushin* (“termos do casamento”) não pode ser usado neste caso. Tal estipulação só pode ser feita no momento do noivado e não retroativamente. No nosso caso, nós estamos assumindo que um *kidushin* válido ocorreu no dia do casamento e não podemos agora aplicar retroativamente uma condição a eles.

4. A data a ser preenchida no documento é a data em que está sendo preenchido e não a data que o casal diz ser a data do casamento. A localização pela inserção # 5 do documento é a cidade em que o documento está sendo preenchido e o local pela inserção # 9 é o nome da cidade em que o casal se casou.

Uma vez que a *Ketubá* estabelece uma garantia contra a propriedade do marido, não pode ser datada com uma data anterior, pois isso o tornaria um *shetar mukdam* (“título prematuro”) e o tornaria inválido.<sup>10</sup> Assim, parece preferível, para evitar qualquer possível confusão sobre este assunto, evitar qualquer menção da data do casamento neste documento. Dessa forma, ficará absolutamente claro que a garantia foi estabelecida apenas a partir da data escrita no documento.<sup>11</sup>

## **CONCLUSÃO**

Quando um casal é casado sem uma *Ketubá*, o documento anexo deve ser utilizado como um *tashlum Ketubá shelo nichtevá* (“pagamento da *Ketubá* que não foi escrita”).

## **NOTAS**

<sup>1</sup> Ver *Bava Kama* 89a e *Ketubot* 57a.

<sup>2</sup> *Ketubbot*, *ibid.*

<sup>3</sup> *Hilkhhot Ishut* 10:10.

<sup>4</sup> *Even ha-Ezer* 66: 3 e 105: 1.

<sup>5</sup> *Ketubot* 56b, parte inferior.

<sup>6</sup> No. 13. *Nahalat Shivah* foi escrita por Samuel b. David Moses ha-Levi, 1625? - 1681, Polônia. É o mais amplamente utilizado volume de referência para a redação de documentos, particularmente documentos de casamento e divórcio. Para uma versão anterior de uma *Ketubá Deirkessá* veja *Tur, Even ha-Ezer*, no final de *Siman* 66. Existem outros também.

<sup>7</sup> Obviamente, um casal que não tinha apenas uma *ketubá*, mas também *kidushin*, deve ter os dois agora e o texto da *ketubá* é o padrão.

<sup>8</sup> Se ela se convertesse após o casamento, ela e o marido, é claro, também obteriam o *kidushin*, com a redação padrão da *ketubá*, já que seu primeiro casamento foi um casamento misto e, portanto, não tem validade haláchica.

<sup>9</sup> Este não é o lugar apropriado para um longo tratamento sobre a melhor maneira de realizar *kinyan* em um casamento. Basta dizer que o próprio texto da *ketubá* indica que o *kinyan* está entre as testemunhas e o noivo (e a noiva, sempre que a cláusula de Lieberman for usada). O autor deu uma sessão sobre este assunto em uma convenção recente da Assembleia Rabínica, e as fitas ainda estão disponíveis.

<sup>10</sup> Ver *Mishnah Shevi'it* 10: 5, citado em vários outros lugares, *Maimônides, Hilkhhot Malveh ve-Loveh* 23: 1. e *Shulhan Arukh, Hoshen Mishpat* 43: 7. A razão pela qual um *shetar mukdam* é inválido é que permitiria que a pessoa devia o dinheiro pudesse coletá-lo de bens ou terras vendidos pela pessoa que deve o dinheiro a partir da data no documento, mesmo que as pessoas que possam ter comprado dele entre a data escrita no documento e a data real em que foi escrito não teria como saber que a garantia seria estabelecida. Assim, a invalidação do documento visa proteger terceiros incautos. Há alguma disputa entre as autoridades para saber se o documento é totalmente invalidado ou

ainda é válido para propriedades que estão disponíveis e livres de todos os obstáculos.

<sup>11</sup> Isso é precisamente o que o *Nahalat Shivah* faz quando as testemunhas em uma *Ketubá Deirkessá* são pessoas que não estavam presentes no casamento para ver e ouvir a *ketubá* original lida e entregue à mulher. Se testemunhas da assinatura do casamento original como assinam como testemunhas na *Ketubá Deirkessá*, a data do casamento original pode ser incluída em substituição. Mas, nosso caso não é de substituição, de modo que mesmo se as pessoas presentes no casamento original assinam como testemunhas neste documento, a data do casamento original não pode ser incluída, pois pode ser entendido como implicando que uma garantia havia sido estabelecida a partir daquela data.